

O Desafio do Uso da Força e a evolução das Medidas de Confiança Mútua no Conselho de Defesa Sul-Americano da UNASUL¹

The Challenge of the Use of Force and the Evolution of Confidence Building Measures in UNASUR South America Defense Council

Augusto Wagner Menezes Teixeira Júnior*

Valéria de Moura Sousa**

Boletim Meridiano 47 vol. 14, n. 140, nov.-dez. 2013 [p. 42 a 48]

1. Introdução

De programas de produção conjunta de material de defesa ao compartilhamento de dados sobre gastos militares, a cooperação em Defesa na América do Sul parece estar em pleno crescimento. Contudo, um dos temas mais sensíveis para a segurança interestatal e o incremento da cooperação está no controle do uso da força entre os Estados e a confiança mútua. Em virtude da relevância do tema, indagamos como esses desafios têm sido enfrentados no Conselho de Defesa Sul-Americano da UNASUL.

Até a sua criação, a América do Sul carecia de efetivos mecanismos multilaterais para resolução de conflitos interestatais e solução pacífica de controvérsias no campo da defesa e segurança. Segundo Acevedo, observa-se um fosso entre a retórica e a medidas concretas nessa área (ACEVEDO, 2010). Se no âmbito regional duvida-se do êxito das Medidas de Confiança Mútua (CBM) existentes, aquelas aprovadas no âmbito da OEA parecem não alcançar o mesmo êxito e aceitação que aquelas promovidas bilateralmente, como entre Argentina e Chile ou Brasil e Argentina (DONADIO, 2010). De forma a suprir essas lacunas, o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) retoma a tentativa de criar CBM no escopo regional.

Embora a América do Sul seja uma região que possui uma miríade de regimes e acordos para assegurar a paz regional, não é lícito afirmar que exista um regime unitário nesse sentido (CELI, 2010, p. 51). Desde a criação do CDS a região busca gerar instrumentos para aumentar a confiança mútua e dirimir possíveis tensões e crises. Em convergência com “choques externos”, reformas domésticas no setor de segurança de alguns países da região estão impactando positivamente nas tentativas de produção da confiança mútua na América do Sul (2010, p. 56).

¹ Agradecemos aos professores Pedro Feliú Ribeiro, Marcos Alan Ferreira e Thiago Lima pela leitura e crítica do *draft* deste artigo.

* Professor do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba – UFPB e Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. <augustoteixeirajr@ccsa.ufpb.br>.

** Graduanda do Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba – UFPB. E membro do Grupo de Pesquisa Observatório de Economia e Política das Relações Internacionais – OEPRI. <valeria_moura_s@yahoo.com.br>.

A retomada das iniciativas de confiança e transparência no nível regional se deu diante de uma conjuntura crítica, caracterizada pela escalada político-militar² entre Colômbia, Equador e Venezuela. A crise foi ocasionada em consequência da invasão colombiana ao território equatoriano em 01 de Março de 2008³. Na ocasião, a situação de conflito promoveu a oportunidade para renovar a busca por mecanismos de solução pacífica de controvérsias (GARRÉ, 2010).

Sensível a essa demanda institucional, o CDS teve a sua agenda de trabalho inicial focada na construção de medidas de confiança mútua. Essa tendência pode ser observada desde a aprovação do Estatuto do Conselho de Defesa Sul-Americano. Em seu Artigo 3 é afirmado que entre os princípios do CDS consiste em “d. Fortalece el diálogo y el consenso en materia de defensa mediante el fomento de medidas de confianza y transparencia”. Em seu Artigo 5, afirma entre os seus objetivos específicos “e. Fortalecer la adopción de medidas de fomento de la confianza y difundir las lecciones aprendidas” (CDS, 2008). A priorização das CBM na agenda do CDS foi além do plano legal e normativo. Nos dois primeiros anos após a sua criação, as lideranças políticas no processo de cooperação em defesa sul-americano criaram mecanismos institucionais para produzir confiança e transparência em matéria de defesa. Os momentos centrais de tomada de decisão se deram em Cúpulas e Reuniões da UNASUL. De acordo com ex-Ministra da Defesa da Argentina, Nilda Garré (2010) e o seu congênere Nelson Jobim (2010) a Cúpula de Bariloche, a II Reunião Ordinária da UNASUL e a Declaração de Guayaquil marcam importantes momentos de inflexão para a cooperação em defesa na América do Sul, mas particularmente para as CBM.

O CDS, tal como as iniciativas surgidas em seu escopo, estão imersas na UNASUL, a qual constitui um bloco regional dotado de múltiplas funções, de caráter intergovernamental. O seu arranjo institucional e o sucesso de suas ações dependem fortemente dos Estados que o gerem e lideram. Partindo dessa perspectiva, o papel do Brasil no órgão em questão se faz fundamental. Somada a relevância da integração sul-americana para a estratégia internacional do país, na perspectiva de Brasília a estabilidade da região e a criação de uma “Zona de Paz” em seu entorno configuram mais do que oportunidades para coordenação de políticas e venda de material de defesa. Essas são concepções que têm lugar próprio no pensamento estratégico brasileiro (BRASIL, 2008, p. 17).

Entretanto, a concepção segundo a qual o Brasil possui responsabilidades com a América do Sul (JOBIM, 2010) é vista com ceticismo por países vizinhos e pesquisadores da região. Por exemplo, foram questionadas as reais intenções brasileiras ao propor o CDS-UNASUL (SAINT-PIERRE e CASTRO, 2008), o real comprometimento do país com a institucionalização do órgão e no compartilhamento dos custos de sua gestão (DONADIO, 2010, p. 46). Apesar da desconfiança quanto as intenções dos Estados líderes do regionalismo sul-americano, baseado no cenário descrito acima, se observa a necessidade de iniciativas multilaterais (regionais) para gerar CBM.

Este artigo analisa o recente processo de produção de medidas de confiança mútua no âmbito do CDS. Para tal, realizamos uma pesquisa documental. Analisamos os principais textos produzidos pelo CDS e por seu Centro de Estudos Estratégicos (CEED). Com isso, pudemos traçar o balanço das principais iniciativas quanto às CBM e nível de avanço alcançado nessa matéria.

2. O problema do uso da força e as medidas de confiança mútua na América do Sul

De acordo com Mares (2008), embora a América Latina seja considerada atualmente uma região pacífica, as tensões entre os países não foram superadas. Para o autor, através da análise do cenário contemporâneo da região – onde estão vigentes fatores como o nacionalismo, o populismo, a guerrilha, divergências ideológicas e fronteiriças – a probabilidade de ocorrência de conflitos com posterior escalada militarizada não pode ser descartada.

2 Sobre os impactos dessa crise na agenda do CDS, ver Donadio (2010, p. 41).

3 Conhecida como “Operación Fénix”, consistiu na ação empreendida pelas Forças Armadas da Colômbia para eliminar Raul Reyes.

Convergindo com a leitura de Aron (2002) sobre a complementaridade entre diplomacia e a estratégia (poder militar), Mares (2008) argumenta que apesar da ausência de guerras, a ameaça ou o uso da força militar tem sido utilizado como ferramenta de política externa no subcontinente. No contexto atual, o autor aponta quatro fatores que tornam mais provável a militarização das disputas na América do Sul: i) o equilíbrio estratégico, no qual houve uma perda da capacidade/interesse dos EUA de assegurar os processos de resolução pacífica dos conflitos na região; ii) o equilíbrio diplomático, onde considera-se que as organizações interamericanas não desempenham eficientemente suas funções de prevenção e resolução de conflitos; iii) o equilíbrio militar, onde se observa o aumento das capacidades ofensivas das Forças Armadas de alguns países; e iv) o aumento da aceitação pública dos custos relacionados ao uso da força, a fim de combater tanto ameaças à segurança pública quanto aos interesses nacionais.

Porém, a probabilidade de conflito pode ser mitigada através da criação de medidas de confiança mútua. Autores como Acevedo (2010), Celi (2010) e Donadio (2010) apontam, contudo, as limitações das modalidades tradicionais de cooperação militar como propulsora da construção dessas medidas. O êxito destas demanda maior esforço e comprometimento institucional. As CBM, como mostram os autores, embora tenham avançado bilateralmente, não lograram êxito no âmbito multilateral, tendo inclusive a OEA encontrado dificuldades nesta tarefa.

O cenário discutido acima nos permite observar os desafios do CDS na realização das medidas de confiança mútua. O predomínio de temas correlatos às “novas ameaças” após o término da guerra fria parece ter esvaziado a capacidade das instituições agirem contra escaladas de conflitos/tensões interestatais. Diante desse quadro se desenvolvem as iniciativas de criar CBM, sobre as quais discutimos a seguir.

3. Evolução da Agenda de Confiança Mútua no CDS-UNASUL

Em termos operacionais, o Conselho de Defesa Sul-Americano passou a funcionar em 2009. A primeira Reunião de Ministras e Ministros da Defesa do CDS se deu entre os dias 9 e 10 de Março de 2009, em Santiago do Chile (RESDAL, 2009). Na ocasião, os representantes dos países-membros do CDS UNASUL acordaram que os Planos de Ação do CDS iriam perseguir objetivos como consolidar a América do Sul como Zona de Paz, a construção de uma identidade sul-americana em matéria de defesa e a geração de consensos para fortalecer a cooperação regional em tal área. Para a realização dessas tarefas foram organizadas ações divididas em quatro eixos⁴. Embora cada eixo contemple ações muito específicas, todas convergem para o objetivo de construir uma identidade sul-americana em matéria de defesa. Ademais, várias de suas iniciativas visam direta ou indiretamente construir confiança mútua entre os partícipes do órgão.

No momento inicial da institucionalização do CDS, a agenda priorizou a produção de informação sobre diversas dimensões da defesa dos países sul-americanos. Por exemplo, no eixo de Políticas de Defesa do Plano de Ação de 2009 foram elencados os seguintes pontos: “1.a Criar uma rede para trocar informações sobre políticas de defesa; 1.b Realizar um Seminário sobre modernização dos Ministérios da Defesa; 1.c Dar transparência à informação sobre gastos e indicadores econômicos da defesa; 1.d Propiciar a definição de enfoques conceituais; 1.e Identificar fatores de risco e ameaças que possam afetar a paz regional e mundial; 1.f Criar um mecanismo para contribuir para a articulação de posições conjuntas da região em foros multilaterais sobre defesa.” (CHILE, 2009).

No primeiro momento, a principal preocupação do CDS foi construir as bases institucionais, procedimentos e homogeneização de práticas e definições para um sistema de cooperação, e coordenação e confiança. A construção desse arcabouço ganhou um reforço com a produção do documento “Procedimientos de Aplicación para las Medidas de Fomento de la Confianza y Seguridad” (CDS, 2010). No documento supracitado foram pensados procedimentos

4 São eles: Políticas de Defesa; Cooperação militar, ações humanitárias e operações de paz; indústria e tecnologia de defesa e Formação e Capacitação.

para abarcar as seguintes áreas: I. Intercâmbio de informação e transparência; II. Atividades intra e extrarregionais; III. Medidas no âmbito da segurança; IV. Garantias; V. Cumprimento e verificação. Os procedimentos propostos perpassam desde a produção de informação sobre Forças Armadas até a questão da organização, funções e procedimentos dos Ministérios da Defesa. Outro tema expressivo sobre o qual se desenvolveram regras e formulários de prestação de contas foi o de “Gastos de Defesa”.

Na área de “Atividades Intra e Extrarregionais”, se destacam a criação de mecanismos de notificação de manobras militares e exercícios militares em zonas fronteiriças. Também foram criados meios para gerar informação compartilhada sobre exercícios militares regionais e extrarregionais. A seção sobre “Garantias” reforça o compromisso dos membros do CDS de se regerem pela boa-fé e de manter os acordos; dentre os quais se destaca a manutenção da América do Sul como Zona Livre de Armas Nucleares.

Porém, observamos que o item de maior relevância para o estudo em apreço seja o que afirma a “Proscripción del uso o la amenaza del uso de la fuerza, cualquier tipo de agresión militar o de amenazas a la estabilidad, la soberanía y la integridad territorial” (CDS, 2010). A relevância desse tópico não é recente na região. A ideia de construir uma Zona de Paz Sul-Americana levou aos países da região a aprovar uma resolução na ONU reconhecimento esse *status*⁵. Esse objetivo foi mantido na UNASUL e em sua II Reunião Extraordinária de Ministros das Relações Exteriores e Defesa foi acordado que o uso ou ameaça da força militar seria proscrito na região (CDS, 2010).

Esse preceito nos remete a uma das condições fundamentais para o estabelecimento de uma “Comunidade Pluralística de Segurança” (DEUTSCH, 1982). Nesse tipo de estrutura de segurança, os Estados, motivados pelo mecanismo de “mudança pacífica”, desistem da possibilidade da guerra interestatal como instrumento de política bilateral ou regional. Em termos de confiança mútua, essa condição é um mecanismo fundamental para a passagem de uma existência caracterizada pela “Paz negativa” para de “Paz positiva”, na qual se daria a transcendência das condições estruturais do conflito armado entre os países da América do Sul (KACOWICZ, 1998).

Além de construir um *index* de práticas e procedimentos para a criação de confiança mútua em áreas críticas da Defesa sul-americana, o Conselho de Defesa Sul-Americano avançou na proposição de meios para aumentar a informação, transparência e confiança na questão dos gastos militares, aquisições e emprego de equipamentos. Entre essas medidas se destaca a busca por um instrumento comum de mensuração dos gastos de Defesa. Os países chegaram a um consenso de que a transparência quanto aos gastos e orçamentos militares era em si um mecanismo de confiança mútua.

Diante do entendimento conjunto sobre a necessidade de adotar medidas de confiança mútua na região e vide as dificuldades destas no plano multilateral, buscou-se enfrentar essa questão regionalmente, através do CDS. Como parte da execução do Plano de Trabalho 2009-2010, foram realizadas quatro reuniões entre 2010 e 2011⁶ nas quais foram discutidas experiências exitosas de compartilhamento de informações sobre defesa (gastos e orçamento), procedimentos e mecanismos formais. Desde uma proposta técnica preliminar, que se baseou nos métodos de mensuração comuns da ONU até chegar a uma definição consensual do conceito “gastos em defesa”, passou-se quase um ano de negociações. Como resultado desse processo, em 29 de julho 2011, em La Paz (Bolívia), o Grupo de Trabalho chegou ao documento “Diseño de una Metodología Común de Medición de Gastos de Defensa” (CDS, 2011).

A versão final da proposta foi aprovada durante a III Reunião Ordinária dos Ministros da Defesa da Unasul (CDS, 2011, p. 7-8). O Grupo de Trabalho sugeriu que o Centro de Estudos Estratégicos do CDS UNASUL (CEED)

5 Resolução A/RES/57/13, Assembleia Geral das Nações Unidas.

6 A primeira reunião foi em Buenos Aires, em 27 de agosto de 2010. A segunda reunião se deu em Santiago do Chile, no dia 5 novembro 2010. Em seguida, a terceira reunião se deu na mesma cidade, em 2 de junho 2011. Finalmente, a quarta reunião foi na capital da Bolívia, La Paz, Bolívia, no dia 29 de julho 2011.

fosse a instância técnica, responsável pelo “Registro Suramericano de Gastos de Defensa”. O registro apoia-se em dois pilares: numa definição comum sobre gastos de defesa e numa metodologia padrão de mensuração destes, ambos definidos em 2011. Esses mecanismos constituem em si parte das Medidas de Confiança Mútua.

O Centro de Estudos Estratégicos do CDS tem sido um importante ativo no esforço de chegar a definições comuns. Em função do Plano de Ação 2009-2010, foram propostos enfoques conceituais comuns sobre segurança e defesa em conformidade com a realidade sul-americana. Essas ações se enquadram na ideia de criação de uma identidade sul-americana em matéria de defesa, para a qual são fundamentais a cooperação e coordenação de políticas de defesa comuns. Em novembro de 2011 foi lançado o relatório “Términos de Referencia para los Conceptos de Seguridad y Defensa en la Región Suramericana” (CEED, 2011).

Como parte do Plano de Ação 2011-2012, as iniciativas de transparência continuaram na primeira ordem da agenda. Ao longo da execução dessas atividades, os membros do CDS trabalharam para chegar a uma definição comum de inventário militar e como seria a metodologia deste, e também elaboraram um manual de emprego e definições nesse quesito (CDS, 2012). Essa medida é fundamental, não apenas como instrumento de transparência e confiança, mas para aprimorar as possibilidades de interoperacionalidade entre as Forças Armadas da região, sejam em hipóteses de emprego convencionais, missões de paz ou no contexto de desastres naturais.

O histórico recente apresentado acima sobre a evolução da agenda e das medidas de confiança mútua no Conselho de Defesa Sul-Americano nos permite inferir a relevância desse tema nos primeiros anos de institucionalização do CDS. A construção de mecanismos de transparência entre os Estados tem sido entendida como fundamental para dirimir antagonismos e possíveis problemas derivados de *misperceptions*.

4. Considerações Finais

As medidas de confiança mútua discutidas neste artigo têm o potencial de melhorar o deteriorado estado da segurança na América do Sul, em especial no norte da região. Embora os conflitos e crises lá ocorridos não envolvam diretamente todos os países do subcontinente, acabam por influenciar negativamente na estabilidade regional. Diante disso, as CBM contribuem para aumentar os custos do uso da força militar como instrumento de política. O proclamado desejo sul-americano por uma zona de paz passa pela criação de uma comunidade de segurança. Tal construto político expressa a condição na qual a ameaça do uso da força e a guerra são excluídas das relações entre os países do subcontinente.

Entretanto, ainda não é possível afirmar que está em curso a emergência de uma Comunidade de Segurança regional. Ao passo que se criam regras que restringem o uso da força e favorecem o diálogo, os países da América do Sul mantêm um padrão de institucionalização minimalista de suas regras de conduta. Se por um lado as regras regulam as relações que envolvem o uso da força, elas não são plenamente capazes de restringir a ampla gama de opções em que a força militar pode ser utilizada. Diante dessas limitações, o Conselho de Defesa Sul-Americano e instituições correlatas como o Centro de Estudos Estratégicos do CDS, geram um referente central para a definição das tratativas no campo da defesa e segurança no âmbito sul-americano.

Apesar dos desafios, o estado de coisas alcançado no momento em relação às medidas de confiança mútua pode ser considerado como tendo um balanço positivo. Como relatado anteriormente, a definição de conceitos comuns sobre região, segurança e defesa se soma ao consenso sobre o significado e sentido dos gastos de defesa. A harmonização dos entendimentos favorece a transparência e confiança mútua, reduzindo as possibilidades de um dilema de segurança. Embora o processo seja tortuoso e difícil, devemos lembrar que o Conselho de Defesa Sul-Americano é uma experiência recente, sendo ainda uma instituição em construção.

Referências Bibliográficas

- ARON, Raymond. *Paz e Guerra entre as Nações*. Tradução de Sérgio Bath. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.
- ACEVEDO, José Bellina. “Medidas de Fomento de la Confianza: la realidad regional”. In: Presidencia Pro Tempore Ecuador (Org), *Confianza y seguridad en América del Sur*. Quito: Consejo de Defensa Suramericano, 2010.
- BRASIL, Ministério da Defesa. *Estratégia Nacional de Defesa*. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/projetosweb/estrategia/arquivos/estrategia_defesa_nacional_portugues.pdf>. Acesso em: 21 Jul. 2013.
- BRASIL, Ministério da Defesa. *Livro Branco da Defesa Nacional*. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/lbdn.pdf>>. Acesso em: 21 Jul. 2013.
- CDS-Conselho de Defesa Sul-Americano. *Estatuto do Conselho de Defesa Sul-Americano*. 2008. Disponível em: <http://www.ceedcds.org.ar/Espanol/07-Consejo_Defensa_Suramericano/03_Estatuto_CDS.html>. Acesso em: 16 Jul. 2013.
- CDS-Conselho de Defesa Sul-Americano. *Diseño de una Metodología Común de Medición de Gastos de Defensa*. Bolívia, 2011. Disponível em: <http://www.ceedcds.org.ar/Espanol/09-Downloads/Metodologia_Comun.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2013.
- CDS-Conselho de Defesa Sul-Americano. *Procedimientos de Aplicación para las Medidas de Fomento de la Confianza y Seguridad*. 2010. Disponível em: <http://www.ceedcds.org.ar/Espanol/09-Downloads/PROCEDIMIENTOS_MEDIDAS_DE_CONFIANZA_Y_SEGURIDAD.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2013.
- CDS-Conselho de Defesa Sul-Americano. *Segunda reunión sobre una metodología para transparentar el inventario militar de la región suramericana*. Santiago do Chile, 24 de agosto de 2012. Disponível em: <http://www.ceedcds.org.ar/Espanol/09-Downloads/ACTA_FOSIM.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2013.
- CEED-Centro de Estudios Estratégicos de la Defensa. *Términos de Referencia para los Conceptos de Seguridad y Defensa en la Región Suramericana*. Buenos Aires, 2011. Disponível em: <http://www.ceedcds.org.ar/Espanol/09-Downloads/INFORME_CONCEPTOS_SEG_DEF.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2013.
- CELLI, Pablo. “Medidas de Confianza y Prevención de Conflictos en el actual contexto regional”. In: Presidencia Pro Tempore Ecuador (Org), *Confianza y seguridad en América del Sur*. Quito: Consejo de Defensa Suramericano, 2010.
- CHILE, Ministerio de Defensa Nacional. *El Consejo de Defensa Suramericano de la UNASUR: crónica de su gestación*. Santiago de Chile, Julho de 2009.
- DEUTSCH, Karl W. *Análise das relações internacionais*. 2ª ed. Tradução de Maria Rosinda Ramos da Silva. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.
- DONADIO, Marcela. “El Consejo de Defensa Suramericano y su papel en el desarrollo de confianza mutua”. In: Presidencia Pro Tempore Ecuador (Org), *Confianza y seguridad en América del Sur*. Quito: Consejo de Defensa Suramericano, 2010.
- GARRÉ, Nilda. “La Cumbre de Bariloche y su impacto en la consolidación de la paz y seguridad en Sudamérica”. In: Presidencia Pro Tempore Ecuador (Org), *Confianza y seguridad en América del Sur*. Quito: Consejo de Defensa Suramericano, 2010.
- JOBIM, Nelson. “El Consejo de Defensa Suramericano y el desarrollo de Medidas de Fomento de la Confianza y Seguridad: una breve reflexión del punto de vista brasileño”. In: Presidencia Pro Tempore Ecuador (Org), *Confianza y seguridad en América del Sur*. Quito: Consejo de Defensa Suramericano, 2010.
- KACOWICZ, Ariel M. *Zones of Peace in the Third World: South America and West Africa in Comparative Perspective*. SUNY series in global politics. New York: State University of New York Press, 1998.

- MARES, David. “Los temas tradicionales y la agenda latino-americana”. *Foreign Affairs Latinoamérica*, v. 8, n. 3, p. 2-11, jul. 2008.
- RESDAL-Red de Seguridad y Defensa de América Latina. *Primera Reunión de Ministras y Ministros de Defensa del Consejo de Defensa Sudamericano (CDS) de la UNASUR – Declaración de Santiago de Chile*. 2009. Disponível em: <<http://www.resdal.org/csd/primera-reunion-de-ministras-y-ministros-de-defensa-del-consejo-de-defensa-sudamericano.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2013.
- SAINT-PIERRE, Héctor Luis; CASTRO, Gustavo Fabián. “El Consejo Sudamericano de Defensa”. *Boletín RESDAL*, año VI, n. 29, jun. 2008.

Resumo

Apesar da América do Sul ser considerada uma região pacífica devido à baixa ocorrência de guerras, o uso/ameaça da força não foi abandonado nas relações entre os Estados da região. Diante disso, este artigo analisa a evolução das medidas de confiança mútua desenvolvidas no Conselho de Defesa Sul-Americano.

Abstract

Despite South America is considered a peaceful region, due to its low occurrence of wars, the threat or use of force hasn't been abandoned in it. In face of that, this paper analyses the confidence building measures developed in the South American Defense Council.

Palavras-Chave: Conselho de Defesa Sul-Americano; Uso da Força; Medidas de Confiança Mútua

Key- Words: South American Defense Council; Use of Force; Confidence Building Measures

Recebido em 23/09/2013

Aprovado em 17/12/2013